



EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO PRÁTICA DA LIBERDADE: ANÁLISE DAS BARREIRAS SISTÊMICAS E DO ACOLHIMENTO DE MULHERES TRANS E TRAVESTIS NO PROGRAMA MULHERES MIL

INCLUSIVE EDUCATION AS A PRACTICE OF FREEDOM: ANALYSIS OF SYSTEMIC BARRIERS AND WELCOME OF TRANS AND TRAVESTI WOMEN IN THE MULHERES MIL PROGRAM

Sofia Melo Cassiano da Conceição ¹

IFPE

Carolina Frexeiras Leal ²

IFPE

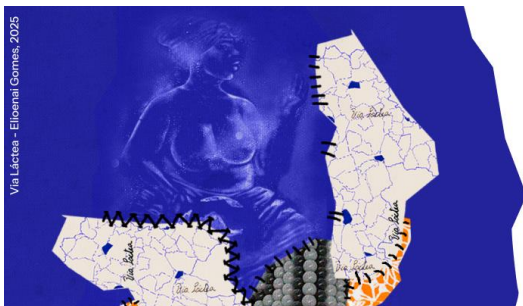
Resumo: O presente artigo se propõe a analisar, sob a ótica da educação inclusiva e das macropolíticas em movimento coletivo, a experiência da implementação de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) destinados prioritariamente a mulheres trans e travestis em situação de vulnerabilidade social no âmbito do Programa Mulheres Mil. O estudo de caso, de natureza qualitativa, investiga os desafios enfrentados por esta população no acesso, permanência e conclusão da formação profissional, contrastando a teoria da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como direito e o impacto das barreiras sistêmicas e institucionais. Os resultados apontam que, embora o objetivo inicial fosse a formação técnica para a empregabilidade, o foco da ação pedagógica se deslocou para a garantia da cidadania e do acolhimento, devido ao histórico profundo de violências e exclusão. Observou-se a presença de transfobia institucional, notadamente na dificuldade do uso do nome social em plataformas como o SISTEC, o que demanda intervenções micropolíticas de segurança e respeito. A conclusão reitera que a inclusão dessas minorias vulneráveis exige a criação de espaços de empoderamento e o enfrentamento de violações de direitos humanos que se manifestam na esfera educacional.

Palavras-chave: mulheres transgênero; travestis; educação inclusiva; empregabilidade; macropolíticas.

Abstract: This article aims to analyze, from the perspective of inclusive education and collective macropolitical movements, the experience of implementing Initial and Continuing Education (FIC) courses primarily designed for trans women and travestis in situations of social vulnerability within the scope of the Mulheres Mil Program. The qualitative case study investigates the challenges faced by this population in accessing, remaining in, and completing vocational training, contrasting the theory of Professional and Technological Education (EPT)

¹ Sofia Melo Cassiano da Conceição é graduanda em Design da Animação e Técnica em Computação Gráfica pelo IFPE. Atua no apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão do Campus Olinda do IFPE. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3644856535555008>.

² Carolina Frexeiras Leal é mestranda em ProfEPT/IFPE, licenciada em Artes Plásticas e especialista em Design de Moda pela UFPE. Desenvolve sua pesquisa de mestrado sobre a inclusão e o acesso de mulheres trans e travestis aos ambientes de educação e trabalho. Atualmente é Técnica em Artes no Campus Olinda do IFPE. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7575077588533266>.



as a right with the impact of systemic and institutional barriers. The findings indicate that, although the initial objective was technical training for employability, the pedagogical focus shifted toward guaranteeing citizenship and fostering a welcoming environment, due to the deep history of violence and exclusion experienced by the participants. Institutional transphobia was observed, notably in the difficulty of implementing the use of social names in platforms such as SISTEC, which calls for micropolitical interventions aimed at ensuring safety and respect. The conclusion reiterates that the inclusion of these vulnerable minorities requires the creation of empowerment spaces and the confrontation of human rights violations manifested within the educational sphere.

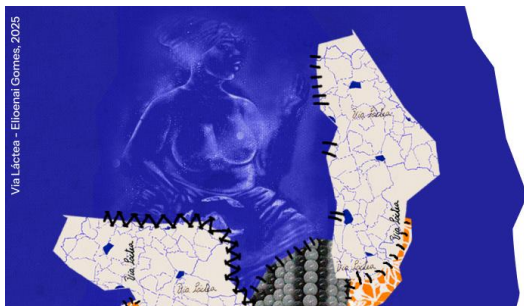
Keywords: Transgender women; travestis; inclusive education; employability; macropolitics..

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um princípio constitucional e um direito humano fundamental. No entanto, para populações historicamente marginalizadas, como mulheres transexuais e travestis, o acesso e a permanência no sistema educacional representam um desafio complexo que vai muito além da disponibilização de vagas. Esta O debate dos "Ensinos das Artes: macro e micropolíticas em movimentos coletivos" ressoa profundamente com a necessidade de garantir o acesso ao conhecimento e à formação humana de maneira democrática, enfrentando os desafios impostos pelas desigualdades sociais. O presente estudo se insere neste contexto, analisando a implementação de uma política pública de EPT (Educação Profissional e Tecnológica) voltada a um dos grupos mais marginalizados da sociedade: mulheres transgênero e travestis.

A EPT, conforme a LDB 9.394/96, é um direito fundamental comprometido com a formação integral e a inclusão. Contudo, o acesso a este direito é sistematicamente negado à população trans, um fenômeno que Facchini (2008) denomina exclusão estrutural. A violência e a estigmatização resultam em índices de exclusão alarmantes: o Brasil é o país que mais mata sua população LGBTQIAP+, e a expectativa de vida para mulheres trans não ultrapassa os 35 anos, em contraste com a média nacional de 74,9 anos.

Diante deste quadro, o Programa Mulheres Mil ofereceu cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) em áreas como beneficiamento têxtil (estamparia artesanal) e serviços (manicure artística). Este projeto de pesquisa, configurado como um estudo



de caso, objetiva desvelar as complexas dinâmicas de acolhimento e as barreiras macropolíticas vivenciadas por 60 alunas (público total das duas turmas). Mais do que um relato de experiência, a intenção é centralizar este grupo, vulnerabilizado por violências diversas, e analisar como a instituição educacional se posiciona frente ao Princípio da Equidade.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 EXCLUSÃO ESTRUTURAL, VIOLÊNCIA E O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DAS ALUNAS

A transfobia reduz substancialmente o desenvolvimento de habilidades e o acesso à formação profissional. A pesquisa de 2022, citada nas fontes, indica que apenas 15% dos participantes trans tinham trabalho com carteira assinada, e 14,3% estavam em situação de prostituição, frequentemente visto como "último recurso de sobrevivência". Essa realidade é reflexo da violência que se inicia cedo e motiva a evasão escolar, sendo os agressores, em 32,9% dos casos, professores, coordenadores ou diretores escolares.

A análise dos dados brutos das alunas (N fornecido nas listas, cerca de 36 entradas), embora não represente o total de 60 alunas, oferece uma visão clara da profundidade da vulnerabilidade e das lacunas educacionais que o programa se propôs a minimizar.

Tabela 1 - Perfil Sociodemográfico das Alunas do Programa Mulheres Mil

Característica	Subgrupo	Percentual (%) Aproximado
Escolaridade	Ensino Fundamental (Incompleto ou Completo)	20,6%
	Ensino Médio Incompleto	23,5%
	Ensino Médio Completo	41,2%



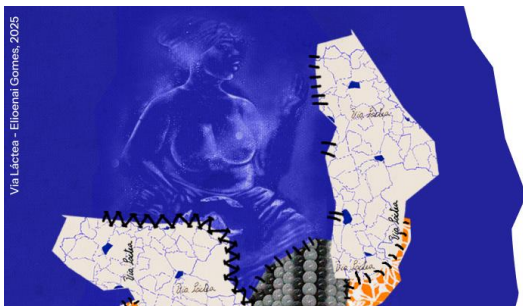
Característica	Subgrupo	Percentual (%) Aproximado
	Ensino Superior (Incompleto ou Completo)	14,7%
Cor/Raça Declarada	Parda	47%
	Preta	34%
	Branca/Indígena	19%
Ocupação	Desempregada	53,7%
	Informal/Autônoma	36,6%
	Empregada (CLT)	9,8%
Benefício de Renda	Sim (Beneficiária de Programas)	29,4%

Fonte: As autoras.

Os dados revelam que, apesar de 41,2% terem concluído o Ensino Médio, um percentual significativo (aproximadamente 44,1%) possuía apenas o Ensino Fundamental ou tinha o Ensino Médio incompleto. Este panorama se soma à dependência de programas de transferência de renda (cerca de 30%), confirmando a extrema dificuldade de acesso à educação, cultura, saúde e trabalho. A educação, para este grupo, deve ir além da lógica do mercado, integrando-se à formação humana e considerando o contexto de vida das alunas, conforme defendido por Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005).

2.2 DA MACRO À MICROPOLÍTICA: A PEDAGOGIA DO ACOLHIMENTO E A RECONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA

O sucesso da inclusão deste público disperso e em profunda vulnerabilidade dependeu de intervenções micropolíticas estratégicas. A captação das estudantes exigiu a articulação com ONGs e centros especializados (AMOTRANS, GESTOS, Centros LGBT), pois a imensa maioria estava afastada das escolas há décadas, muitas vezes devido a violências e desrespeitos diversos.



A escuta profunda das estudantes, recomendada pelo Programa, constituiu um pilar pedagógico fundamental. Foi a partir dela que se ajustou a trilha formativa, trocando o curso de "confeção de bolsas" por "manicure – unhas artísticas". Este movimento reflete uma pedagogia freireana (1996), que valoriza o diálogo e o reconhecimento dos saberes prévios, inserindo a formação em artes e estética de forma a dialogar com as "expressões de subjetividades trans".

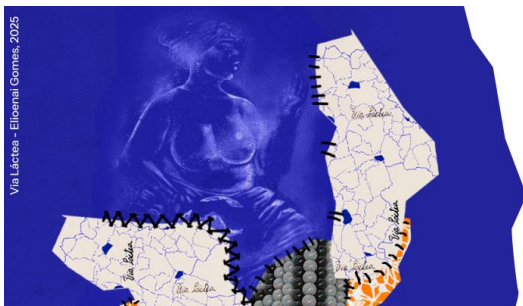
A preparação da equipe, incluindo servidores e terceirizados, demonstrou ser "vital". A palestra formativa sobre legislação (nome social) e identidades de gênero expôs o corpo funcional ao "nível de vulnerabilidade e ameaças enfrentadas por elas", transformando a necessidade de procedimentos corretos em uma atitude de acolhimento.

O ponto culminante dessas micropolíticas de segurança e empoderamento foi a aula inaugural, com o convite a uma professora trans. Sua presença, atravessada por vivências de preconceito e violência, gerou um impacto transformador, resumido na fala de uma aluna: "eu não sabia que uma da gente podia ser professora. Agora eu quero ser". Essa EPT transcende a aquisição de competências, atuando na "reconstrução de identidade e autoestima", e efetivando a proposta de Bell Hooks (1994) de uma educação como prática da liberdade.

Além disso, as interações em sala de aula, apesar dos atritos iniciais entre alunas cis e trans decorrentes de educações conservadoras e históricos de violência, foram revertidas em harmonia baseada no respeito. O exemplo da aluna cis atuando como tradutora de Libras para uma aluna trans com deficiência auditiva ilustra o potencial transformador da EPT centrada no diferente.

2.3 BARREIRAS MACROPOLÍTICAS: A PERSISTÊNCIA DA TRANSFOBIA INSTITUCIONAL

Apesar do êxito pedagógico e do índice de 60% de aprovação (36 alunas formadas de 60 vagas), o programa confrontou "questões na raiz" que ameaçaram sua continuidade e sucesso. Duas barreiras sistêmicas macropolíticas se destacam:



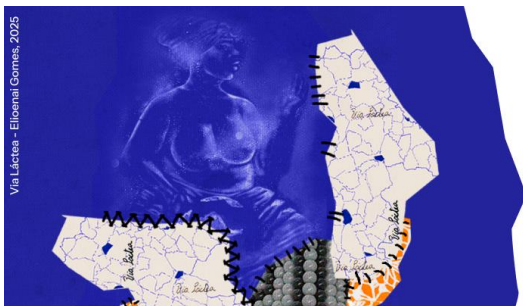
A. Insuficiência do Auxílio Financeiro: O baixo valor da bolsa de auxílio, sem correção desde 2011, e o pagamento condicionado à frequência (com atrasos) dificultaram a permanência, especialmente para as alunas em extrema dificuldade financeira, que não tinham sequer direito à meia passagem. Essa falha, que é uma condição "incontornável" para a permanência de estudantes em alta vulnerabilidade, exigiu a captação externa de recursos para adiantar pagamentos e conter a evasão que se manifestou "fortemente, já na primeira semana de aulas".

B. Violação do Nome Social no SISTEC: A mais grave manifestação da transfobia institucional reside na gestão acadêmica de dados. Embora o SISTEC (plataforma de dados) tenha um campo para o nome social, as atas de presença (com as quais as alunas têm contato direto) disponibilizam apenas o "nome morto". O uso do nome civil em um ambiente que se propunha acolhedor causou "dor profunda" e serviu de "gatilho para traumas". Este é um claro descumprimento da legislação e um exemplo palpável de como a transfobia institucional se manifesta em sistemas burocráticos. A questão foi identificada como uma falha sistêmica passível de "simples configuração" e devidamente solicitada ao MEC e SETEC, mas sua persistência dificulta enormemente o sucesso do Programa. Essa é uma negação do direito à cidadania trans, conforme Facchini (2008), que vê a escolarização interrompida e a transfobia institucional como motores da precarização.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstra que a inclusão de mulheres transgênero e travestis pelo Programa Mulheres Mil foi um processo dialético entre as aspirações macro (formação profissional) e as necessidades micropolíticas urgentes (cidadania e acolhimento). O objetivo final deixou de ser primariamente o retorno financeiro ou a empregabilidade imediata, mas sim garantir que essas mulheres, tão segregadas e violentadas, pudessem se sentir em "segurança, em liberdade de serem o que são".

A experiência do Programa Mulheres Mil com mulheres trans e travestis deixa claro que a educação inclusiva para este grupo é viável e urgentemente necessária,



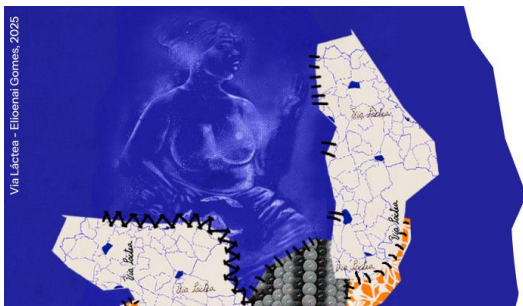
mas está longe de ser simples. As dificuldades perpassam desde as fragilidades subjetivas, fruto de uma vida de exclusão, até as rígidas e por vezes violentas estruturas dos sistemas institucionais.

Os dados quantitativos revelam um público com potencial formativo (alta escolaridade média) mas brutalmente excluído do mercado de trabalho. Qualitativamente, fica evidente que o sucesso de iniciativas como esta depende da adoção de uma pedagogia interseccional e afetiva, que priorize o acolhimento e o combate à transfobia intramuros. É imperativo que o poder público, especialmente o MEC, ajuste seus sistemas e políticas (como o SISTEC e o valor das bolsas) para não perpetuar violências e se tornar, ele mesmo, um entrave à inclusão.

O reconhecimento dos corpos e identidades dissidentes, historicamente transformados em "alvo de todo e qualquer sentimento reprimido", culminou na cerimônia de conclusão, transformada em um desfile. A celebração, que envolveu a confecção de vestidos e a aplicação de unhas artísticas pelas próprias alunas, permitiu que essas mulheres adultas tivessem "o prazer de se formar pela primeira vez na vida, depois de aplaudidas e bem cuidadas". Este ato final é a concretização do princípio da Equidade, ilustrando o sujeito "em todo o seu potencial e coragem".

Contudo, a perenidade dessas "práticas exitosas" está intrinsecamente ligada à superação das barreiras sistêmicas. O enfrentamento da transfobia institucional, especialmente a correção imediata do sistema SISTEC para o respeito integral ao nome social, e a adequação financeira do auxílio estudantil, são condições sine qua non para que a EPT cumpra seu papel transformador e não apenas repita a lógica de exclusão que historicamente marginaliza essa população.

A articulação entre a formação técnica, o desenvolvimento humano e a luta por direitos reafirma a Arte/Educação e a EPT como campos de atuação política e social, essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Por fim, este estudo reforça que a verdadeira educação inclusiva para populações marginalizadas só se efetiva quando deixa de enxergá-las como "problema" a ser resolvido e passa a vê-las como sujeitos políticos de direitos, cuja presença no ambiente educacional enriquece a todos e desafia a instituição a se repensar e se transformar.



REFERÊNCIAS

- ANTRA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2022. Brasília: ANTRA, 2023.
- HOOKS, Bell; Teaching to Transgress: Education as the Practice of Freedom. New York: Routledge, 1994. 226 Páginas.
- CIAVATTA, M. O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral: por que lutamos? Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan./abr. 2014.
- FACCHINI, R. Estratégias políticas do movimento social de travestis e transexuais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 68, p. 235-246, 2008.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. Trabalho como princípio educativo. In: MOLINA, M. C. (org.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, 2012.
- LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.
- PRECIADO, P. B. Testo yonqui: sexo, drogas y biopolítica. Madrid: Espasa Calpe, 2008.